

CONCEPÇÕES DE LINGUAGENS E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Eliana Costa Bessa (UEMS)

eliana-bessa@hotmail.com

Maria Leda Pinto (UEMS)

marialedapinto25@gmail.com

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre as três concepções de linguagem: 1) A linguagem como expressão do pensamento, 2) A linguagem como instrumento de comunicação, 3) A linguagem como processo de interação verbal. O conhecimento dessas teorias é importante para o docente, pois subsidiará sua prática pedagógica de leitura, produção de textos, bem como nos estudos estruturais das variantes linguísticas. Todos esses aspectos são importantes para o desenvolvimento linguístico dos alunos. O discurso do texto está fundamentado em trabalhos dos autores: Geraldi (1984), Travaglia (2002, 2003), Marcuschi e Dionísio (2007), Antunes (2003), Possenti (1997), Koch (2002), Bakhtin (2003) e outros autores que apontam o dinamismo da linguagem refletido em diferentes momentos históricos e sociais como mostra o círculo de Mikhail Bakhtin, esses estudos têm revelado que os gêneros discursivos representam uma nova proposta de trabalhar com a oralidade, escrita e leitura, numa perspectiva dialógica.

Palavras-chave:

Ensino. Gêneros discursivos. Concepções de linguagem.

1. Introdução

O conhecimento das diferentes concepções de linguagens é relevante para a prática docente, especialmente para o ensino da língua materna. Somente após conhecer essas concepções o professor poderá definir a mais adequada a seu contexto uma vez que historicamente algumas mudanças vêm permeando o ensino.

Dessa forma, em meados da década de 1970 e início de 1980 iniciou-se a divulgação de uma nova abordagem para o trabalho com a língua, dentro de uma concepção de linguagem interacionista em que as regras gramaticais deixam de ser o eixo fundamental do ensino de linguagem e abre-se espaço para o trabalho com oralidade, escrita e leitura numa perspectiva dialógica. Neste sentido, de forma geral pode-se afirmar que historicamente os estudos linguísticos têm sido definidos em duas tendências que são apresentadas por Antunes (2003, p. 41):

- a) uma tendência centrada na língua enquanto sistema em potencial, enquanto conjunto abstrato de signos e de regras, desvinculado de suas condições de realizações;
- b) uma tendência centrada na língua enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores e, assim, enquanto sistema-em-função, vinculado, portanto, às circunstâncias concretas e diversificadas de sua atualização.

Atualmente os documentos oficiais reforçaram a necessidade de um ensino voltado para a tendência centrada na língua como atuação social conforme afirmou a autora citada. Entre eles, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (MEC, 1998) e recentemente *Base Nacional Comum Curricular* (MEC, 2017). Ao se repensar o ensino/aprendizagem na perspectiva interacionista, pretende-se valorizar as práticas de leitura, oralidade, escrita dentro de vários contextos a partir dos gêneros discursivos.

Nesta perspectiva, Vargas (2002, p. 23) sustenta essa afirmação ao mencionar que “O que os docentes pensam sobre ensinar e aprender está relacionado às suas experiências e a sua formação profissional, o que exige que pensemos sobre quem ensina e quem aprende no processo de escolarização”. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é contribuir com a formação do professor visto que os indicadores apontam que precisamos melhorar o ensino de linguagem e a prática pedagógica no sentido dialógico pode ser um impulso vigoroso para trazer as mudanças que se almeja.

2. Concepções de linguagens e o ensino de língua portuguesa

O ensino de linguagem no Brasil tem se fundamentado nas concepções que são apresentadas na fala de Geraldi (1984) que correspondem aos apontamentos de Mikhail Bakhtin: (1) Linguagem como expressão do pensamento; (2) Linguagem como instrumento de comunicação e (3) linguagem como forma de interação. Dessa forma, a prática pedagógica do professor reflete as concepções de linguagem por ele adotada, conforme destaca Marcuschi e Dionísio (2007):

Seguramente, todos concordamos que a língua é um dos bens mais preciosos e mais valorizados por todos os seres humanos em qualquer época, povo ou cultura. Mais do que um simples instrumento, a língua é uma prática social que produz e organiza as formas de vida, as formas de ação e de conhecimento. Ela nos torna singulares no reino animal, na medida em que nos permite cooperar intencionalmente, e não apenas por instinto. Mais do que um comportamento individual, ela é atividade conjunta e trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais.

(MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, p. 14)

Neste viés, ao se colocar em discussão ou análise uma língua é importante destacar cada uma das teorias que historicamente a compõe. O cruzamento dessas informações permite a construção de sentidos da leitura e escrita, além de tornar visíveis lacunas e contradições das teorias que norteiam as práticas pedagógicas no ensino de linguagem. Por isso, Travaglia (2002, p. 21) ressalta que “(...) o modo como se concebe a natureza fundamental da língua altera em muito como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino”. Mais do que isso, a língua é instrumento fundamental na convivência humana. O estudo das teorias da linguagem pode refletir positivamente na prática, conforme Antunes (2003):

Não pode haver uma prática eficiente sem fundamentação num corpo de princípios teóricos sólidos e objetivos. Não tenho dúvidas: se nossa prática de professores se afasta do ideal é porque nos falta, entre outras condições, um aprofundamento teórico acerca de como funciona o fenômeno de linguagem humana. O conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita ao conhecimento de regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática. Teorias linguísticas do uso da prosódia, da morfossintaxe, da semântica, da pragmática, teorias do texto, concepções de leitura, de escrita, concepções, enfim, acerca do uso interativo e funcional das línguas, é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português. (ANTUNES, 2003, p. 40)

Nesse sentido, a intensão desse trabalho é contribuir com a formação dos que trabalham com linguagem, partindo desse pressuposto, surge a necessidade de apresentação das concepções de linguagens.

3. *Concepção – a linguagem como expressão do pensamento*

Considerada a primeira concepção, “A Linguagem como Expressão do Pensamento” tem origem na Grécia, esta teoria teve um longo percurso dentro do sistema de ensino e até a década de sessenta no Brasil havia uma forte tendência para essa prática. A partir de então foram surgindo novas propostas para o ensino que até então era voltado para o estudo de textos literários e a metalinguagem.

Dessa forma, a escola era elitizada e poucas pessoas tinham acesso à educação formal e a orientação para os professores nesta concepção segundo, Zanini (1999, p. 81) é: “para uma prática que se preocupava com o ensino de conceitos básicos e normativos da gramática da língua materna, voltados para o domínio da metalinguagem”. Portanto, o estudo

da formas e resolução de exercícios era a base das aulas de linguagem.

Nesta concepção, a linguagem reflete o pensamento, conforme re-trata Travaglia (2002, p. 21), são elas que constituem as normas gramati-cais do falar e escrever “bem”, que aparecem consubstanciadas nos cha-mados estudos linguísticos tradicionais que resultam no que se tem cha-mado de gramática normativa ou tradicional. Ademais, o domínio da es-crita está relacionado ao raciocínio lógico, por expressar o que está no campo interno da mente, sendo que o processo linguístico é individuali-zado e não altera no contato com contexto social sendo necessário seguir regras para organizar o pensamento.

O professor é visto como detentor do saber, que conhece e domina as regras gramaticais e o aluno é um ser passivo que recebe este saber sem interferir ou agir dentro do processo de aprendizagem. Assim, Koch (2002, p. 16), explica melhor esta visão: “O texto é visto como produto (lógico) do pensamento (representação mental) do autor, nada mais ca-bendo ao leitor/ouvinte senão “captar” essa representação mental, junta-mente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel e essencialmente passivo”. Neste sentido, a leitura e a escrita são testes de capacidades, quem os realiza de forma satisfatória dominando as regras da gramática normativa é um indivíduo considerado dotado de pensamento lógico.

A língua considerada correta é a estruturada em regras, normati-zada e precisa, enquanto as variedades linguísticas são consideradas erros que devem ser evitados. Além disso, os desvios dessa linguagem norma-tizada revelam a incapacidade do indivíduo humano de raciocinar logi-camente. Travaglia (1996) define esta concepção de linguagem nas se-quentes palavras:

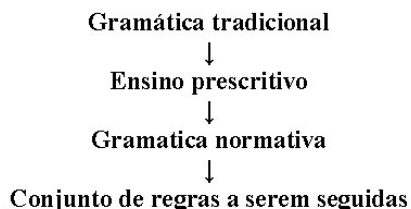
(...) as pessoas não se expressam bem porque não pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enuncia-ção acontece. (TRAVAGLIA, 1996, p. 21)

Nessa lógica, a língua é um processo imutável, sem variação, já que variação implica em flexão de pensamento o que é inaceitável nesta teoria, que defende uma única forma correta de linguagem, concretizada no ensino de linguagem pautada na gramática normativa/prescritivas. Possenti (1997), afirma:

São todas aquelas gramáticas cujo conteúdo corresponde a um conjunto de regras que devem ser seguidas e, por isso, destinam-se a ensinar os sujeitos a fa-

larem e a escreverem corretamente, sendo os transgressores de tais regras considerados grosseiros, caipiras, incapazes de aprender. (POSSENTI, 1997, p. 64)

Essa concepção de linguagem relaciona-se a:



Esta concepção está ligada à gramática normativa – modelo tradicionalmente e historicamente aplicado nas escolas, que prescreve aos estudantes o uso da norma culta, dessa forma, falar e escrever bem significa domínio dessa norma.

A *gramática normativa* destaca especificamente os fatos da língua padrão, da norma culta e da escrita, portanto desconsidera todas as variedades da língua. Travaglia (2009, p. 24), explica sobre esta visão; “... a língua é só a variedade dita padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua, são desvios, erros, deformações, degenerações da língua...”. Essa gramática teórica – normativa, prescreve as regras da norma culta ao falante, pois considera esta a única forma correta, sendo que tudo que foge ao prescrito é considerado erro que deve ser evitado

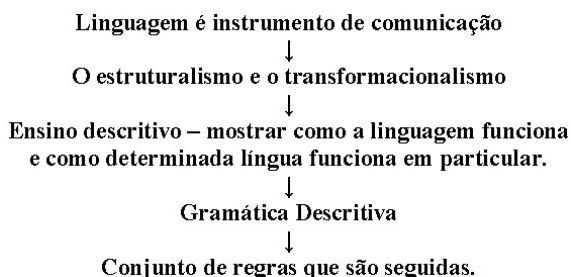
O papel da escola quanto à linguagem nessa teoria é ensinar a forma padrão, por meio de exercícios que visem à interiorização das normas linguísticas, para que seja efetivada aprendizagem da língua oral e escrita. Aos alunos cabem assimilar passivamente as prescrições com a resolução de exercícios, quem não os realiza são considerados transgressores ou incapazes de aprender.

4. Concepção – a linguagem é instrumento de comunicação

A base teórica dessa concepção é na teoria da comunicação, em que a língua é vista como um código, constituído de um conjunto de signos que combinam entre si, segundo regras. Os signos são utilizados para transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor em papéis estáveis, ou seja, um receptor não se transforma em emissor, pois nesta concepção a visão da língua é monológica. O código precisa ser dominado pelos falantes, para que haja comunicação, neste sentido, essa proposta

entende o sujeito como um indivíduo capaz de internalizar o conhecimento externo, por meio de exercícios repetitivos e respostas seguindo modelos.

Dessa forma, a variedade padrão da língua é o instrumento usado para transmitir a mensagem e desenvolver a oralidade e a escrita e outras variedades da língua são desprezadas, portanto, esta concepção está ligada ao estruturalismo e a teoria da comunicação que concebem a língua como um código que transmite uma mensagem do emissor ao receptor. Neste sentido, o processo a língua como instrumento de comunicação limita ao estudo interno da língua e deixa de lado o contexto social. Assim o esquema a seguir aponta algumas características dessa concepção de linguagem.



Ligada à gramática prescritiva que se diferencia da gramática normativa por entender a gramática como um conjunto de observações sobre uma determinada variante o que permite a valorização de todas as formas linguísticas. Esta concepção parte do princípio que a língua nasce da fala por isso valoriza não só a escrita, mas também os aspectos da oralidade. *A gramática descritiva*, também conhecida como gramática dos linguistas é definida como um conjunto de regras que são seguidas pelos falantes. Tem como principal função descrever as línguas como elas são faladas e sua elaboração é baseada nas observações da língua em uso.

Nesta perspectiva, a proposta de interpretação nessa teoria é fechada e não abre espaço para o diálogo entre o interlocutor e o texto, basta encontrar as respostas já expostas no texto do livro didático e atividade estará concluída. Koch (2002) relata do assujeitamento nesta concepção:

(...) o sujeito é (pré)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito, sendo que o papel do decodificador é essencialmente passivo. (KOCH, 2002, p. 14)

Conforme apontou a autora citada, não há um aspecto dialógico entre o professor e aluno dentro dessa teoria, o aluno é assujeitado às propostas do mestre.

Ademais, esta concepção de linguagem norteou os a prática pedagógica dos professores até a década de 90, mesmo tendo a classe popular conquistado seu direito à escolarização e trouxe para dentro da escola seus padrões culturais e variedades linguísticas. A metodologia predominante era a prática e a repetição de exercícios sem interlocução ou questionamentos.

5. *Concepção – linguagem como interação*

Esta concepção tem como maior nome Mikhail Bakhtin, que vem contrapor as demais concepções, pois defende a língua viva, dinâmica. Um processo de interação verbal e social em que os indivíduos compartilham seus conhecimentos e o meio social determina como deve ser produzido o enunciado. Cazarin (1995), destaca as seguintes características dessa concepção de linguagem.

A preocupação básica é levar ao aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo, ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social – isso é feito mediante a compreensão, a análise, a interpretação e a produção de textos verbais. (CAZARIN, 1995, p. 5-6)

Neste sentido, ao ensino da língua materna sob esta visão cabe levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo, a utilização da língua como instrumento de interação social e ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca. Zanini (1999, p. 84), destaca que, “isso não significa banir a gramática, ou seja, o conhecimento das normas que regem a língua materna. Significa oportunizar-lhes a aproximação com a modalidade de padrão culta”. Com isso, todas as variantes são objeto de estudos e reflexão.

Ademais, a linguagem nessa concepção não pode ser separada de seu conteúdo ideológico ou vivencial, já que ela se constitui pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é um diálogo (no sentido amplo do termo, englobando as produções escritas). Nesta proposta o ensino da gramática deve ser ministrado de uma maneira contextualizada, sendo professores e alunos produtores e apren-

dizes de conhecimento. Contudo, houve uma distorção a partir dos anos 1980, com o entendimento de forma enviesada, priorizou-se apenas a leitura e a produção de textos ou o texto foi tomado como pretexto para o ensino gramatical.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), reforçaram também a discussão sobre o trabalho com texto, especificamente com os gêneros discursivos, mas na prática o que houve foi um mau entendimento, eram apresentados muitos gêneros aos alunos, apenas de forma superficial o que despertou nos pesquisadores interesse para este assunto e hoje temos consciência que os gêneros textuais são fundamentais no processo de apropriação da escrita. Para Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, ou seja, formas de textos criados pela sociedade, que funcionam como mediadores entre o enunciadador e o destinatário. Na proposta de Bakhtin, há dois tipos de gêneros: os primários que estão presentes nas situações cotidianas informais de comunicações e na oralidade e os secundários são comunicações mais formais como discursos e na modalidade escrita.

Outros pesquisadores como Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly tomaram os gêneros como objeto de ensino ao propor os cinco agrupamentos de gêneros: narrar, argumentar, relatar, instruir e expor, fundamentados nos critérios: domínios sociais de comunicação, capacidades linguísticas homogenia e a retomada as distinções tipológicas os quais seriam trabalhados por meio de uma progressão curricular. Ademais, Koch (2000), resume em algumas palavras a concepção interacionista de linguagem:

Aquela que encara a linguagem como atividade, como forma de ação, ação individual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes. (KOCH, 2000, p. 09)

Dessa forma esta concepção está ligada à gramática internalizada que é a chamada gramática construída nas situações de interações sociais cotidianas do falante, que possibilita o uso da língua de maneira que as sequências das palavras são compreensíveis e reconhecidas como pertencentes a uma língua. Para Travaglia (2009):

Nessa concepção de gramática não há erro linguístico, mas a inadequação da variedade linguística utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não haver entendimento das normas sociais de uso da língua(...) (TRAVAGLIA, 2009, p. 29)

Esta concepção está coerente com o conceito interacionista de linguagem defendido por Mikhail Bakhtin.

Portanto que essa tendência teórica apresenta uma visão mais ampla e dinâmica sobre linguagem por considerar os aspectos individual, social e por possibilitar um trabalho pedagógico interacionista.

6. Considerações finais

Este trabalho buscou retomar as concepções de linguagens a fim de apontar a importância do conhecimento dessas teorias para a aprendizagem, tendo em vista que os profissionais do ensino precisam definir qual dessas concepções é mais adequada aos diferentes momentos da sala de aula ou mesmo qual delas poderá priorizar na prática pedagógica.

Neste sentido, este artigo demonstrou que é necessário expandir as práticas discursivas que valorizem a leitura, escrita e oralidade para que haja a formação de leitores e autores críticos e autônomos, logicamente isso envolve uma série de fatores que devem ser repensados um a um nos cursos de formação continuada para os professores atuantes no ensino bem como um olhar mais atento ao material didático.

Portanto, os estudos das teorias da linguagem são importantes para ressignificar as práticas cotidianas dos professores; só conhecendo o processo histórico e as evoluções, poderemos construir metodologias mais coerentes com os contextos sociais em que os alunos estão inseridos. É relevante chamar atenção para as palavras: contextos sociais, interação e mediação, pois elas são as bases das novas teorias tanto de leitura quanto de escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 307-335

BOLZAN, Doris Pires Vargas. *Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CAZARIN, Ercília Ana. Princípios gerais para uma metodologia do ensino de língua portuguesa. *Coleção Cadernos Unijuí*, 1995, p. 5-6

GERALDI, João Wanderley. *A sala de aula é uma oficina de dizer ideias*. Nova Escola, 1984.

KOCK, Ingedore. Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva *et al.* *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Sobre o ensino de português na escola. In: GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Concepções de linguagem*. In: _____. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZANINI, Marilurdes. Uma visão panorâmica da teoria e da prática do ensino de língua materna. *Acta Scientiarum*, vol. 21, n. 1, p. 79-88, 1999.

Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4189/2854>>.